

Diários Oficiais dos Estados Brasileiros

MARIA INÊS DE BESSA LINS

Chefe da Seção de Aquisição da Biblioteca
do Centro de Documentação e Informação
da Câmara dos Deputados.
Brasília, DF

Informa sobre os diários oficiais dos estados brasileiros, analisa-os
comparativamente e sugere modificações do ponto de vista de
usuários e bibliotecários.

Introdução

Os diários oficiais foram criados para manter o público informado dos atos legislativos vigentes; muitos deles existem desde o século passado e têm procurado “divulgar” matéria oficial. Através deles o Governo informa sobre sua administração. São o veículo de divulgação da administração pública.

Apresentamos aqui os resultados de uma pesquisa sobre esses diários oficiais, realizada no período de agosto de 1974 a março último. Para tanto recorremos a questionários (enviados a Imprensas Oficiais, Bibliotecas Públicas ou Arquivos, Bibliotecas de Assembléias, bibliotecários, jornalistas e professores), a exemplares de cada um dos diários (escolhidos ao acaso entre os mais recentes de que dispúnhamos), à legislação a eles referente e à consulta pessoal a técnicos especializados.

Numa primeira etapa procuramos colher o máximo de informações sobre cada jornal, sem preocupação crítica. Posteriormente, a idéia foi-se transformando; e, através de estudo comparativo, quisemos

mostrar a urgente necessidade de renovação, de revisão do “jornalismo oficial” no País. Se considerarmos que, diante da impossibilidade de qualquer cidadão alegar desconhecer as leis, somente aqueles que têm obrigação (por imposição do trabalho, por exemplo) lêem os nossos diários oficiais, sentimos o quanto é desinteressante essa leitura. Ora, num momento em que pela concorrência, os meios de comunicação (televisão, rádio, cinema, imprensa comercial) lutam, cada qual à sua maneira, para conquistar mais público, ficam os responsáveis pela divulgação oficial presos unicamente ao objetivo de fazer cumprir a lei (publicar atos oficiais). É hora de reformular. Aliás, já estamos atrasados.

O grande público não se sente atraído: “É um jornal cacete” “Tem letras muito pequenas”, “Não tem ilustrações”, “É muito confuso”, “Não tem notícias”, “Mal impresso”, e assim por diante.

Público que lê: advogados, funcionários públicos, jornalistas, contadores, indexadores, enfim, todos os que exerçam uma atividade diretamente dependente da última informação legal. Esses também não estão satisfeitos.

Vejamos algumas manifestações desse público.

Palavras do jornalista Ronan Soares Ferreira, conforme declarações em artigo na **Revista do Serviço Público** (7): “Habitados que estamos a lidar com as linhas e entrelinhas do **Diário Oficial** da União lendo-o diariamente há mais de dez anos, tirando de seus atos notícias e indicações para pautas de cobertura, sentimos na pele, melhor dizendo, nos olhos e no cérebro, a necessidade da mudança preconizada por Ernst Muhr... Havia um verdadeiro “jogo de empurra” para ver quem seria o castigado com a dura missão de descobrir nas pequenas letras, no texto árido e difícil, as notícias maiores”.

São informações assim que nos levam a acreditar ser necessária uma reforma rápida, urgente, dos órgãos de divulgação oficiais. As palavras do jornalista Soares Ferreira aplicam-se aos diários oficiais dos Estados: “É com o espírito e a experiência de quem lê há dez anos o **Diário Oficial** da União que me proponho a abordar o tema da grande hipótese que se abre para uma necessária e profunda modificação no **D.O.**, que deve ser muito mais repórter e pesquisador do que é. E esclareço, desde já, que não imagino um **Diário Oficial** cheio de fotografias, com editoriais, entrevistas e outras bossas. Imagino-o, simplesmente, mais claro e informativo, mais completo e noticioso, mediante o aperfeiçoamento gráfico mas, sobretudo, mediante a divulgação de pormenores do ato.”

Acreditamos que a tendência de transformar as Imprensas Oficiais em autarquias venha facilitar essas modificações solicitadas.

Dados informativos, por Estados ou Territórios

As informações conseguidas através de respostas dadas aos nossos questionários são aqui transcritas, sempre que possível, conforme as recebemos. Nos casos em que constatamos divergência com a nossa própria observação, fizemos retificações. Para os diários oficiais dos quais não obtivemos nenhuma resposta, recorreremos a exemplares esparsos (alguns antigos) da coleção da Biblioteca da Câmara dos Deputados.

ACRE

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. 1963?- . Rio Branco, Assembléia Legislativa. Diário. Mimeogr. **Endereço:** R. Benjamin Constant, 506, Rio Branco, AC. **Conteúdo:** Expediente, pequeno expediente, grande expediente (Projetos, discursos) Ordem do Dia, explicação pessoal, Presidência. **Formato:** 22 x 32 cm. **Nº médio de páginas:** 13. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: a partir de março 1975.

ALAGOAS

DIÁRIO OFICIAL, ESTADO DE ALAGOAS. 17 jan. 1912- . Maceió, Serviços Gráficos de Alagoas, 1912 — . Diário (não circula aos domingos e segundas-feiras) Must. **Endereço:** Rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, 184. Maceió — AL. **Título varia:** "Diário Oficial do Estado de Alagoas" (até 21-3-14) "Diário Oficial. Estado de Alagoas" (de 22-3-14 a 18-8-31) "Diário Oficial. Estado de Alagoas" (a partir de 19-8-31) **indexado:** "Legislação nordestina" **Conteúdo:** Noticiário estadual (primeiras e últimas páginas); **Poder Executivo Estadual**, Secretarias **Poder Legislativo, Diário de Justiça**, Publicações Diversas, Poder Executivo Municipal. **Tiragem:** 1.500 exemplares. **Formato:** 27 x 38 cm. **Nº médio de páginas:** 12. **Distribuição:** através de assinatura (Cr\$ 70,00 a Cr\$ 100,00, anual). **Legislação:** Decreto n° 537, de 15-1-12, que cria a Imprensa Oficial sob a denominação "Diário Oficial" — Lei n° 3.198, de 20-12-71, que autoriza o Poder Executivo a criar uma sociedade de economia mista sob a denominação Serviços Gráficos de Alagoas S.A. (**SERGA**). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: 1966 (exceto: maio/jul.) 1967 (exceto set./dez.) 1972 (exceto jan.) 1973 em diante, b) Arquivo Público de Alagoas: completa.

AMAPÁ

DIÁRIO OFICIAL DO TERRITÓRIO DO AMAPÁ. 1964- . Macapá, Imprensa Oficial, 1964. Irregular. **Endereço:** Rua Cândido Mendes, Macapá — AP. **Conteúdo:** Atos do **Poder Executivo**, Editais, **Poder Judiciário**. **Formato:** 24 x 32,5 cm. **Nº médio de páginas:** 4. **Distribuição:** através de assinaturas (Cr\$ 25,00 anual). **Legislação:** Decreto n° 1, de 24-7-64, que cria o Diário Oficial. Obs.: informações colhidas em exemplares da coleção da Biblioteca da Câmara dos Deputados. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: a partir de 1973.

AMAZONAS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS. 15 nov. 1893- . Manaus. Imprensa Oficial, 1893. Diário (não circula aos sábados e domingos). **Endereço:** Rua

Leonardo Malcher, 1189. Manaus — AM. **Indexado:** “Leis, decretos e regulamentos do Amazonas”, organizado por José Cidade de Oliveira. “Ementário da Legislação Estadual; leis e decretos de janeiro a dezembro de 1973”, organizado pela Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas. **Conteúdo:** Atos do **Poder Executivo** (decretos), Secretarias, IPASE, Tribunal de Contas, Publicações diversas, Editais, Prefeitura Municipal de Manaus, Tribunal de Justiça. **Tiragem:** 1.000 exemplares (média). **Formato:** 24 x 34 cm. **Nº médio de páginas:** 16. **Distribuição:** através de assinaturas (Cr\$ 280,00, anual) e por doação a bibliotecas e museus que o solicitam. **Legislação:** Lei Nº 1, de 31-8-1893, que cria a Imprensa Oficial e o Diário Oficial. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: a partir de jul. 1966 a 1968, 1971-1973, 1974 (exceto: jul./set., dez.), b) Biblioteca do Estado do Amazonas: desde novembro de 1896.

BAHIA

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. 30 out. 1915- . Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1915- . Diário (não circula às segundas-feiras). **Endereço:** Rua Melo Morais Filho, 189. Fazenda Grande. Salvador — BA. **Indexado:** “Boletim informativo do Departamento de Administração Geral”, v. 1- nº 1- jan./jun. 1971- “Legislação nordestina”. **Conteúdo:** **Diário do Executivo** (atos, leis, decretos, etc.) Departamento de Administração Geral, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado da Bahia, Empresa Gráfica da Bahia, Tribunal de Contas do Estado, Câmara Municipal, Conselho de Contas do Município, Secretarias, **Diário da Justiça**, (Tribunal de Justiça, Justiça do Trabalho), **Diário da Assembléia**, Prefeitura Municipal. **Tiragem:** 5.000 exemplares (média). **Formato:** 25 x 35 cm. **Nº médio de páginas:** 50. **Distribuição:** através de assinatura, cujo preço anual é Cr\$ 400,00 (capital) e Cr\$ 450,00 (interior). **Legislação:** Lei Nº 3.037, 3-10-72, que transforma a Imprensa Oficial em Empresa Gráfica da Bahia. Decreto Nº 1.170, de 12-9-12, que cria a Imprensa Oficial do Estado e o Diário Oficial. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: 1970 (com falhas), b) Biblioteca Central do Estado da Bahia: 1915-1974 (com falhas).

CEARA

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARA. 16 out. 1933- . Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, 1933- Diário. **Endereço:** Rua Senador Pompeu, 512. Fortaleza-CE. **Indexado:** “Legislação Nordestina”. **Conteúdo:** 1) Diário do **Poder Executivo:** Palácio do Governo, Gabinete do Governador, Secretarias, Tribunal de Contas do Estado. 2) Diário do **Poder Legislativo.** 3) Diário do **Poder Judiciário:** Justiça Federal. Tribunal Regional Eleitoral, Publicações de Terceiros. **Formato:** 23 x 33 cm. **Nº médio de páginas:** 25. Obs.: Informações colhidas em exemplares da coleção da Biblioteca da Câmara dos Deputados.

DISTRITO FEDERAL

DISTRITO FEDERAL; órgão oficial do Poder Executivo do Distrito Federal. 25 dez. 1967- Brasília, Secretaria de Administração, 1976- Diário (não circula às segundas-feiras) Ilust. **Endereço:** Ed. Brasília 12º andar SBS. Brasília — DF. **Título varia:** “Diário Oficial da Prefeitura do Distrito Federal” (maio 1960/fev. 1961) “Boletim Noticiário do Distrito Federal” (agosto 1962, circulando apenas 2 números) “Informativo da Prefeitura do Distrito Federal” (set. 1962 até jul. 1963) “Boletim de Serviço” (set. 1963/set. 1967) Mimeografado de 1962 a 1967, offset a partir de 25-12-67 quando adotou o título atual. **Período de interrupção:** 1961-1962: foram usadas as últimas páginas do Diário Oficial da União. **Indexado:** “Lex” e “Legislação do Distrito Federal”. **Conteúdo:** Atos do Governador, Secretarias, Atos do Secretário, Tribunal de

Contas do Distrito Federal, Atas, Contratos, Convênios, Editais © Avisos, Noticiário. **Tiragem:** 5.000 exemplares. **Formato:** 39,5 e 29,5 cm. **Nº médio de páginas:** 32. **Distribuição:** gratuita para órgãos oficiais e assinatura anual de Cr\$ 115,00. **Legislação:** Decreto "N", nº 655, de 13-9-67, que cria o órgão de divulgação oficial do Poder Executivo do Distrito Federal — Decreto nº 2.244, de 24-4-73, que altera o Decreto "N" nº 655, de 13-9-67. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: desde 1967. b) Biblioteca Central, Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal: desde 1967.

ESPÍRITO SANTO

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, Departamento Oficial da Secretaria de Administração, Diário (não circula domingo e segunda-feira). **Endereço:** Av. Beira Mar, 2.375. Bento Faria. Vitória — ES. **Conteúdo:** 1) Seção Noticiosa. 2) **Poder Legislativo**. 3) **Poder Executivo** (atos do Governo, Governadoria do Estado, Secretarias, Tribunal de Contas, Repartições Federais). 4) Diário dos Municípios. 5) Ineditoriais. 6) **Diário da Justiça**, com numeração independente (Poder Judiciário, Editais e Avisos, Cartório da Capital. 7) Justiça Federal, Seção Judiciária do Espírito Santo (Boletim de Justiça Federal). **Formato:** 21 x 28 cm. **Nº médio de páginas:** 48. **Distribuição:** através de assinatura (Cr\$ 240,00 para o Estado e Cr\$ 380,00 para outros Estados, anual). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: desde 1966. Obs.: informações colhidas em exemplares da coleção da Câmara dos Deputados.

GOIAS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIAS. Goiânia, Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (CERNE). Diário (não circula aos sábados e domingos). **Endereço:** Rua 201, esquina com a 11ª. Avenida. Vila Nova. Goiânia — GO. **Conteúdo:** Atos do **Poder Executivo** (decretos), Secretarias do Estado, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral do Estado, Prefeituras, Publicações Particulares. **Formato:** 23 x 32 cm. **Nº médio de páginas:** 8. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: 1966 (exceto jan./fev., maio/jul.) 1967—1968, 1969 (exceto fev./maio), 1970, 1971 (exceto ago./dez.). Obs.: informações colhidas em exemplares da coleção da Biblioteca da Câmara dos Deputados.

MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MARANHÃO. São Luís, Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE). Diário (não circula aos sábados e domingos). **Endereço:** Rua Antonio Rayol, 505. São Luís — MA. **Indexado:** "Legislação Nordestina." **Conteúdo:** Atos do **Poder Executivo** (atos do Governador, Secretarias, Tribunal de Contas, Prefeituras) **Tribunal de Justiça** (Varas, Comarcas e Cartórios, Tribunal Eleitoral). **Formato:** 24,5 x 33 cm. **Nº médio de páginas:** 20. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: 1970—1971. Obs.: informações colhidas em exemplares da coleção da Câmara dos Deputados.

MATO GROSSO

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO. 1870- . Cuiabá, Imprensa Oficial, 1970. Diário (não circula aos sábados e domingos). **Endereço:** Rua 13 de junho, 337. Caixa Postal 80. Cuiabá — MT. **Conteúdo:** Atos do **Poder Executivo** (decretos, resoluções do Governador) **Assembleia Legislativa**, Secretarias, Atas de Sociedades, Associações, Prefeituras, **Diário da Justiça**; suplemento anexo ao Diário Oficial (Portarias, Editais) **Formato:** 22 x 31 cm. **Nº médio de páginas:** 20. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos

Deputados: abr. 1967, jul. 1968, 1969 jan. 1970, mar./dez. 1971: jan./abr., ago., out./dez., 1973 em diante. Obs.: Informações colhidas em exemplares da coleção da Câmara dos Deputados.

MINAS GERAIS

MINAS GERAIS; órgão oficial dos Poderes do Estado. 21 abr. 1892- .Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1892. Diário (não circula aos domingos e segundas-feiras) Ilustr. **Endereço:** Av. Augusto de Lima, 270. Belo Horizonte — MG. **Suplementos:** Minas Gerais; suplemento literário. Belo Horizonte, Imprensa oficial, 3 set. 1966 — Semanal (aos sábados). Minas Gerais; suplemento pedagógico. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, out. 1971 — Mensal. **Interrupção:** de 19-5-1898 a 11-6-1898, por motivo da mudança da capital. **Indexado:** "Lex" e "Revista Jurídica LEMI". **Conteúdo:** Notícias estaduais, nacionais e internacionais, **Diário Executivo** (Leis, Decretos, Atos do Governador, Gabinete Civil do Governador, Imprensa Oficial, Secretarias, IPASE, Editais e Avisos, Tribunal de Contas, Publicações de Terceiros, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Seção Alheia) **Diário do Legislativo** (Mesa da Assembléia e Liderança, Atos do Legislativo, Atas das Reuniões Plenárias da Assembléia, Atas das Reuniões da Mesa) **Diário do Judiciário** (Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Tribunal da Justiça Militar, Foro da Capital, Procuradoria-Geral do Estado, Editais, Poder Judiciário da União, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Boletim da Justiça Federal, Editais). **Tiragem:** 19.640 exemplares. **Formato:** 29 x 44,5 cm. **Nº médio de páginas:** 68. **Distribuição:** com abatimentos para órgãos públicos e através de assinatura (Cr\$ 150,00 anual). **Legislação:** Lei nº 8, de 6-11-1891, que cria o "Minas Gerais". **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: 1966/1968, 1969 (números esparsos), 1970 em diante.

PARA

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ. Belém, Imprensa Oficial do Estado. Diário (não circula aos domingos e segundas-feiras). **Endereço:** Av. Almirante Barroso, 735. Belém — PA. **Conteúdo:** Poder Executivo (decretos, resoluções, portarias do Governador, Secretarias, Anúncios, Editais Administrativos) **Tribunal de Justiça** (Portarias, Editais Judiciais, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Tribunal Eleitoral. **Formato:** 28,5 x 32,5 cm. **Nº médio de páginas:** 30. **Distribuição:** através de assinatura (Cr\$ 300,00 para o Estado e Cr\$ 600,00 para os outros Estados). **Sumário:** apresenta uma espécie de sumário "Nesta Edição", onde se destacam os principais assuntos. **Situação da coleção:** fev. 1966, maio 1974 em diante, Biblioteca da Câmara dos Deputados. Obs.: informações colhidas em exemplares da coleção da Câmara dos Deputados.

PARAÍBA

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA. João Pessoa, Imprensa Oficial. Diário (não circula aos sábados e domingos). **Endereço:** Distrito Industrial BR-101. João Pessoa — PB. **Indexado:** "Legislação Nordestina". **Conteúdo:** Decretos, Atos do **Executivo**, Secretarias, Terceiros, Diário dos Municípios. **Formato:** 24 x 32,5 cm. **Nº médio de páginas:** 8. **Distribuição:** através de assinaturas (Cr\$ 200,00). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: jul. 1966 a fev. 1969, 1972 (números esparsos) 1974 (números esparsos) Obs.: informações colhidas em exemplares da coleção da Câmara dos Deputados.

PARANÁ

DIÁRIO OFICIAL DO PARANÁ 2 mar. 1912- Curitiba, Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1912- . Diário (não circula aos sábados e

domingos). **Endereço:** Rua dos Funcionários, s/n. Juvevê. Curitiba — PR. **Nota especial:** De 2-7-51 a 28-2-53 era publicado como II Seção do Diário Oficial, o “Diário da Justiça”, com paginação contínua e numeração própria. De 2-3-53 a 31-8-65, continuou a ser publicado como suplemento, porém com paginação própria, o Diário da Justiça. Atualmente não tem suplemento. **Conteúdo:** Atos do Poder Legislativo, Atos do **Poder Executivo** (Leis, Decretos, Regulamentos, Normas, Despachos do Governador), Vice-Governança, Secretaria do Governo (Despachos do Secretário, Despachos do Chefe da Casa Civil, Resoluções, Portarias, Ordens de Serviço. Circulares, Editais, Avisos, Instruções, Resenhas de Sessões, Termos de Convênio, Concessão de Adicionais, etc.) Fundações e Institutos (Avisos, Portarias, etc.) Secretarias, Tribunal de Contas, Atos das Municipalidades, Boletim Federal (Atos de órgãos federais sediados no Estado) Anúncios, Sociedades. **Tiragem:** 3.000 exemplares. **Formato:** 29 x 38 cm. **Nº médio de páginas:** 48. **Distribuição:** gratuita para Bibliotecas e entidades assistenciais e assinatura (Cr\$ 135,00, anual; com remessa postal: Cr\$ 160,00). **Legislação:** Decreto-lei nº 480, de 27-6-46 (cria a Imprensa Oficial) Lei nº 4.335, de 20-1-61 (transforma a Imprensa Oficial em Departamento de Imprensa Oficial, subordinada a Secretaria do Interior e Justiça) Lei nº 5.970, de 15-7-69 (erege em autarquia estadual o Departamento de Imprensa Oficial). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: 1966/1970, 1971 (jan./março, out./dez.) 1972 em diante, b) Biblioteca Pública Paraná. 1912/1919 (completa) 1920 (faltam os meses jul./set.) 1921/1927 (coleção completa) 1928 (faltam jan./jun.) 1929/1974 (completa) 1933 (falta abr./maio) 1934/1936 (coleção completa) 1939/1974 (coleção completa).

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA. 29 jan. 1935- . Curitiba, Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1935- . Irreg. (não circula aos sábados, domingos e períodos de recesso). **Endereço:** Rua dos Funcionários, s/n. Juvevê. Curitiba — PR. **Varição de título:** “Diário da Assembléia Constituinte” (29-1-35 a 17-3-35) “Diário da Assembléia Legislativa” (22-9-36 a 13-3-37). **Períodos de interrupção:** 30-11-35 a 21-9-36 (Estado de sítio e de guerra) e 18-3-37 a 31-1-49 (Intervenção Federal). **Conteúdo:** Comissões Permanentes (relação dos membros) Comissões Técnicas (relação dos membros) Atas das Sessões, Atos do Legislativo, Atas das Comissões. **Tiragem:** 250 exemplares. **Formato:** 28 x 37 cm. **Nº médio de páginas:** 4. **Distribuição:** através de assinaturas (Cr\$ 65,00 anual; com remessa postal, Cr\$ 78,00). **Situação da coleção:** a) Biblioteca Pública do Paraná: 1966 (números esparsos de junho e agosto) 1970/1974 (com algumas falhas).

DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. 2 jul. 1951- . Curitiba, Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 1951- . Diário (não circula aos sábados e domingos). **Endereço:** Rua dos Funcionários, s/n. Juvevê. Curitiba — PR. **Nota especial:** Desde 1951 até 28-2-53 era publicado como II Seção do Diário Oficial, com paginação contínua e numeração própria. A partir de 2-3-53 passou a ser publicado com paginação própria, continuando porém como suplemento do Diário Oficial do Estado. A partir de 1º-9-65 passou a ser publicado independentemente. **Conteúdo:** Tribunal de Justiça (Atos da Presidência, Tribunal Pleno, Secretaria, Departamento Judiciário, Corregedoria-Geral da Justiça) Tribunal de Alçada (Atos da Presidência, Divisão Judiciária, Cível e Comércio) Procuradoria-Geral da Justiça, Editais Judiciais, Justiça Militar, Justiça do Trabalho, Tribunal Regional Eleitoral, Boletim da Justiça Federal. **Tiragem:** 1.500 exemplares. **Formato:** 29 x 38 cm. **Nº médio de páginas:** 24. **Distribuição:** através de assinatura (Cr\$ 105,00, anual; com remessa postal, Cr\$ 130,00). **Situação da coleção:** a) Biblioteca Pública do Paraná: completa.

PERNAMBUCO

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. 14 jan. 1916- . Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1916- . Diário (não circula aos domingos e segundas-feiras) Ilust. **Endereço:** Rua Coelho Leite, 530. Santo Amaro. Recife — PE. **Variações de títulos:** “Imprensa Oficial” (de 14-1-16 a ago. 1920) “Diário do Estado” (jun. 1924 a 1944) “Diário Oficial” (de 1944 até hoje). **Interrupções:** set. 1920 a maio de 1924 (os atos eram publicados por contrato no Jornal do Comércio) e 11 dias em 1930. **Indexado:** “Legislação Nordestina”. **Conteúdo:** “Noticiário, **Poder Executivo** (Leis, Decretos, Atos e Despachos do Governador, Secretarias, Tribunal de Contas) **Diário da Justiça**; suplemento do Diário Oficial com paginação independente (Tribunal de Justiça, Procuradoria-Geral da Justiça, Comarca da Capital, Comarcas do Interior, Tribunal Eleitoral, Justiça do Trabalho, Boletim da Justiça Federal) **Diário do Poder Legislativo**; II Seção do Diário Oficial com paginação independente (Mesa diretora, Liderança, atos do legislativo, atas das reuniões plenárias da Assembléia, projetos, pareceres, discursos) Repartições estaduais, Diário dos Municípios, Repartições federais, Publicações particulares (atas de empresas, editais de convocação, estatutos, etc.) Anexos (para matérias muito extensas). **Tiragem:** 3.500 a 4.000 exemplares. **Formato:** 29 x 38 cm. **Nº médio de páginas:** 34. **Distribuição:** gratuita para bibliotecas e órgãos congêneres e através de assinatura anual (Cr\$ 200,00, para capital e Cr\$ 240,00 para outros Estados. **Legislação:** Ato do Poder Executivo de 27-12-15 (cria o jornal “Imprensa Oficial”) Lei nº 1.303, de 29-5-16 (especifica o que deve ser publicado na “Imprensa Oficial”) Lei nº 1.626, de 29-3-24 (autoriza a criação de órgão oficial que viria a ser o “Diário do Estado”) Lei nº 1.832, de 22-12-26 (cria a Imprensa Oficial). Decreto-lei nº 1.032, de 28-8-44 (modifica o título do órgão oficial para Diário Oficial) Lei nº 6.065, de 19-12-67 (autoriza o Poder Executivo a constituir a Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) incorporando à mesma o acervo da Imprensa Oficial do Estado). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: desde 1966 (completa).

PIAUÍ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ. 1º jan. 1931- . Teresina, Companhia Editora do Piauí, 1931. Diário (não circula aos sábados e domingos). **Endereço:** Praça Marechal Deodoro, 774. Teresina — PI. **Interrupções:** a partir de set. 1958 a dez. 1959 os atos oficiais foram publicados na “Folha da Manhã”. Antes de 1931 “O Piauí” publicava os atos oficiais. **Indexado** “Legislação Nordestina”. **Conteúdo:** em primeiro lugar o que se refere ao Diário Executivo e não há ordem estabelecida para apresentação do conteúdo restante. **Tiragem:** 1.000 exemplares. **Formato:** 29 x 38 cm. **Nº médio de páginas:** 8. **Distribuição:** gratuita para alguns órgãos oficiais e através de assinatura (Cr\$ 300,00, para a Capital, Cr\$ 330,00 para o interior e Cr\$ 380,00, para os outros Estados). **Legislação:** Ato de 31-12-30, do Interventor Federal, que criou o Diário Oficial. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: set./out. 1966, 1967 em diante (poucas falhas); b) Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado (Pça. Marechal Deodoro, 816, Teresina — PI) maio/dez. 1947, jan./jul. 1948, 1949/set. 1958, 1960 em diante; c) Biblioteca Estadual “Des. Cromwell Carvalho” (Pça. Demóstenes Avelino, s/nº Teresina — PI); a partir da nov. 1973; d) Casa “Anísio Brito” (Arquivo Público Estadual. Rua Coelho Rodrigues, s/nº Teresina — PI); jan. 1931 a dez. 1944; jul. 1945 a dez. 1957; jan. 1960 em diante; e) Secretaria da Educação Assessoria Técnica (Av. Frei Serafim, s/nº Teresina — PI); a partir de 1974 (com falhas); f) Secretaria de Planejamento Serviço de Documentação e Divulgação, Av. Miguel Rosa, 3190. Teresina — PI): 1960, 1961 (faltam os números 30 e 96) 1962 (faltam os números 23 e 66) 1963/1964, 1965 (falta nº 202) 1966 (falta nº88) 1967/1968, 1969

(falta nº 65), 1970 (falta nº 169) 1971, 1972 (faltam os n.ºs **129, 130, 197**) 1973 (faltam os n.ºs 6, 9, 40, 147).

RIO GRANDE DO NORTE

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE NORTE. 28 jan. 1928- . Natal, Companhia Editora do Rio Grande do Norte (CERN), 1928- Diário (não circula às segundas-feiras). **Endereço:** Av. Junqueira Aires, 355. **Cidade Alta.** Natal — RN. **Titulos anteriores:** "A República" (1899-1928) que publicava os atos oficiais. A partir de 1928, o jornal "A República" tornava-se **órgão** oficial dos Poderes do Estado. E em 10-10-73 o Diário Oficial passou a ter vida autônoma. **Interrupções:** "A República" não circulou de 1959 a 14-3-72. **Indexado:** "Legislação Nordestina". **Conteúdo:** Atos do **Poder Executivo**, Atos do **Poder Legislativo**, Atos do Poder **Judiciário** e finalmente, publicações de terceiros. **Tiragem:** 3.000 exemplares. **Formato:** 34 x 55 cm. **Nº médio de páginas:** 8. **Distribuição:** através de assinatura (Cr\$ 200,00, para a Capital, Cr\$ 250,00 para o interior e Cr\$ 300,00 para outros Estados). **Legislação:** Decreto n.º 379, de 28-1-28 (cria a Imprensa Oficial e mantém o jornal "A República" como órgão oficial dos Poderes do Estado). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: 1966/1971 (com algumas falhas).

RIO GRANDE DO SUL

DIÁRIO OFICIAL DO RIO GRANDE DO SUL. 1º jan. 1884- . Porto Alegre, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG-, 1884- . Diário (não circula aos sábados, domingos e feriados). **Endereço:** Av. Aparício **Borges**, 2199. Porto Alegre — RS. **Variações de título:** "A Federação" (até 1937) "Jornal do Estado" (1937—1942) "Diário Oficial" (de 1942 até o presente). **Indexado:** Lex. **Conteúdo:** **Governo do Estado** (leis, decretos, atos do Governador) Assembléia Legislativa, Secretarias, Repartições federais, Repartições municipais. Comércio e Indústria (Atas, Balanços, Convocações, Avisos e Diversos) **Diário da Justiça** (com numeração independente) Procuradoria-Geral do Estado, Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Conselho Superior de **Magistratura**, Foro de Porto Alegre, Juizado de Menores, Câmaras Cíveis, Câmaras Criminais, Justiça Federal. **Tiragem:** 5.000 exemplares. **Formato:** 28 x 40 cm. **Nº médio de páginas:** 40. **Distribuição:** gratuita para as entidades **que comprovarem** não ter verba e através de assinatura (Cr\$ 180,00, para o Estado e Cr\$ **280,00**, para outros Estados). **Legislação:** Decreto Nº 5.240, de 12-1-33 (provê sobre a oficialização de um órgão de publicidade onde serão inseridos os atos do Governo do Estado) Decreto Nº 5.644, de 12-7-34 (cria Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul) Lei n.º 6.573, de 5-7-73 (autoriza a constituição da CORAG — Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas) **Decreto** nº 22.575, de 30-7-73 (dispõe sobre a supervisão da CORAG). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: 1966/1967, 1968 (jan./mar.), 1970 (fev., ago./dez.), 1971 a (fev.) 1974, b) Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul: desde 12-1-84 até o presente.

RIO DE JANEIRO

Com a Lei Complementar Nº 20, de 19 de julho de 1974, ficou decidida a fusão dos Estados Guanabara e Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975. Dessa forma as matérias de dois diários passam a ser de um só. Como a maioria dos dados que conseguimos foram de cada diário individualmente, optamos pela transcrição dessas informações num primeiro subitem e em seguida, observações feitas em exemplar conseguido do diário oficial do novo Estado.

Antes da fusão:

DIÁRIO OFICIAL, Parte I; órgão oficial do Poder Executivo da Guanabara. 23 abr. 1960- Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional,

1960- . Diário (não circula aos sábados, domingos e feriados). **Endereço:** Av. Rodrigues Alves, 1. Rio de Janeiro — RJ. **Variações de título:** "Diário Municipal. Prefeitura do Distrito Federal" (1957-1960) "Diário Oficial da União. Seção II. Prefeitura do Distrito Federal" (1937-1957). **Indexado:** "Boletim Legislativo "ADCOAS" e "Lex". **Conteúdo:** Atos do Poder Legislativo, Atos do Poder Executivo, Atos do Governador, Atos das Secretarias, Tribunal de Contas do Estado, Termos e Contratos, Editais e Avisos, Órgãos Federais, Sociedades, Anúncios. Formato: 25 x 35 cm. **Nº médio de páginas:** 50. Distribuição: através de assinatura (Cr\$ 115,00, anual). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: completa desde 1966. b) Biblioteca da Assembléia Legislativa da Guanabara: quase completa desde 1960, faltando: 1961: 1ª. quinzena de out., 2ª. quinzena de nov.; 1962: nov. dias 23 a 30; 1963: 1ª. quinzena de jun., 2ª quinzena de out., 2ª quinzena de nov.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. GUANABARA. 29 mar. 1961-

Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1961- . Diário(circula quando há sessões da Assembléia). **Variações de título:** "Diário da Assembléia e Constituinte" (1960—1961) "Diário Oficial, Parte II: **Poder Legislativo**" (23 abr. 1960— 28 mar. 1961). **Nota especial:** Entre janeiro de 1969 e julho de 1970 só foram publicados os n.ºa 1 a 23 de 1969 e 1 a 9 de 1970. **Indexado:** "**Leis oriundas de projetos ultimados no ano de...**" publicado pela Diretoria de Legislação da Assembléia Legislativa. (Publicação anual que indica a data e o número do D.A.L. que publica as leis estaduais sancionadas pelo Presidente da Assembléia). **Conteúdo:** Atos Legislativos da Assembléia (leis promulgadas pelo Presidente da Assembléia, Decretos Legislativos, Resoluções) Mesa Diretora, Atas das Comissões, Expediente (Comunicações, Projetos, Requerimentos, Pareceres, etc.) Grande Expediente (Discussões, Votação, Discursos) Ordem do Dia, Despachos da Secretaria da Assembléia. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: completa desde 1966; b) Biblioteca da Assembléia Legislativa da Guanabara: completa.

DIÁRIO OFICIAL., Parte III: Poder Judiciário. 23 abr. 1960-

Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1960- . Diário (não circula aos sábados, domingos e feriados). **Conteúdo:** Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Ordem dos Advogados do Brasil, Varas e Cartórios (em ordem numérica crescente) Registro Civil (em ordem numérica de circunscrições) Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal do Trabalho, Boletim da Justiça Federal, Editais e Avisos, Protesto de Títulos, Anúncios, Jurisprudência (publicada em "Apenso" com paginação independente e que vem grampeada no meio do Diário, com matéria do Tribunal de Alçada). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: completa desde 1966; b) Biblioteca da Assembléia Legislativa da Guanabara: completa.

BOLETIM OFICIAL. ESTADO DA GUANABARA. 1º abr. 1964-

Rio de Janeiro, Departamento-Geral de Imprensa do Estado da Guanabara, 1964- . Irregular. **Endereço:** Av. Erasmo Braga, 118 — 3º and., Rio de Janeiro — RJ. **Conteúdo:** Atos do Poder Executivo, Atos do Governador, Gabinete do Vice- Governador, Gabinete Civil, Gabinete Militar, Secretarias, Procuradoria-Geral) do Estado, Informações e noticiários da Escola de Serviço Público da Guanabara. **Formato:** 30 x 38 cm. **Nº médio de páginas:** 32. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Assembléia Legislativa da Guanabara: completa.

DIÁRIO OFICIAL. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 19?-

Niterói, Imprensa Oficial — Empresa Fluminense de Sistemas Gráficos. Diário (não circula aos sábados e domingos). **Endereço:** Rua Marques de Olinda. Niterói — RJ. **Conteúdo:** Dividido em Seções: I — **Poder Executivo:** Decretos, Atos do Governador, Despachos do Governador, Tribunal de Contas, Secretarias do Estado, Repartições Federais; II — **Poder Legislativo:** Atos e Despachos da Comissão

Executiva. Plenário, Discursos, Comissões; III — **Poder Judiciário: Tribunal de Justiça, Tribunal Pleno, Conselho de Justiça, Corregedoria-Geral da Justiça, Tribunal de Alçada, Procuradoria-Geral da Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, Justiça Federal, Justiça do Trabalho.** Editais, Registro de Títulos e Documentos, Falências, Leilões Judiciais; IV — **Municipalidades: Prefeituras;** V — **Publicações a pedido.** **Formato:** 23 x 33,5 cm. **Nº médio de páginas:** 32. **Distribuição:** através de assinatura (Cr\$ 198,00, anual). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: desde maio de 1963 — com falhas.

Depois da fusão: ⁽¹⁾

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 15 mar. 1975- . Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1975- . Diário (não circula aos sábados e domingos). **Endereço:** Av. Rodrigues Alves, 1. Rio de Janeiro — RJ. **Conteúdo:** Parte I: Atos do Executivo, Diário da Assembléia Constituinte; Parte II: Diário da Justiça. **Formato:** 24,5 x 34,5 cm. **Nº médio de páginas:** 200. **Distribuição:** através de assinatura e avulsos nos postos de venda: na Sede, no Posto I e II, no Rio de Janeiro e no Setor Gráfico em Brasília. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: a partir do Nº 1 (15 mar. 1975).

RONDÔNIA

DIÁRIO OFICIAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA. 1962- . Porto Velho, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas do Governo do Território Federal de Rondônia, 1962- Irregular. **Endereço:** Palácio Getúlio Vargas. Praça Getúlio Vargas. Porto Velho — RO. **Conteúdo:** Atos do **Governador**, Decretos, Portarias, Ordens de Serviço, Avisos, Atos das Secretarias. **Tiragem:** 120 exemplares. **Formato:** 25 x 37 cm. **Nº médio de páginas:** 8. **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: números esparsos.

RORAIMA

BOLETIM OFICIAL. TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA. 24 jul. 1944- . Boa Vista, Imprensa Oficial. 3 vezes por semana. **Endereço:** Rua Coronel Pinto, 234. Boa Vista — RR. **Varição de título:** "órgão Oficial" (1944-1949) "Boletim Oficial" (a partir de 2-6-49). **Conteúdo:** Atos do Governo, Poder Judiciário, Diversos. **Tiragem:** 300 exemplares. **Formato:** 32 x 46 cm. **Nº médio de páginas:** 8. **Distribuição:** gratuita para repartições do Executivo, Legislativo e Judiciário e através de assinatura (Cr\$ 30,00, anual). **Legislação:** Decreto Nº 92, de 2-6-49 transforma o "Órgão Oficial" em "Boletim Oficial". **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: a partir de agosto de 1974 com falhas.

SANTA CATARINA

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. 5 fev. 1934- . Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. Diário (não circula aos sábados, domingos e feriados) Ilust. **Endereço:** Rua Duque de Caxias. Caixa Postal 138. Saco dos Limões. Florianópolis — SC. **Título Anterior:** "A República". **indexado:** "Lex". **Conteúdo:** Noticiário, **Poder Executivo** (Secretarias, Repartições Federais e Autárquicas, Tribunal de Contas, Prefeituras) Publicações Diversas (Atas, Balanços, Editais, Relatórios, Estatutos, etc. das empresas e sociedades). **Tiragem:** 5.000 exemplares. **Formato:** 28 x 38 cm. **Nº médio de páginas:** 24. **Distribuição:** através de assinatura (Cr\$ 120,00, anual). **Legislação:** Decreto Nº 483, de 5-2-34 (cria a Imprensa Oficial) Decreto nº 64, de 24-1-57 (reorganiza e regulamenta a Imprensa Oficial do Estado). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: desde 1966.

(1) Nota do editor: para atualização de informações consultar item 10 da bibliografia.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (com paginação e numeração independentes). **Conteúdo:** Mesa da Assembléia, Atos do Legislativo, Atas das Reuniões Plenárias da Assembléia, Atas das Reuniões da Mesa, Termo de Convênios, Projetos de Lei, Indicações, Resoluções.

DIÁRIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (com numeração e paginação independentes). **Conteúdo:** Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Foro da Capital e Interior, Editais, Poder Judiciário da União, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Boletim da Justiça Federal, Editais.

SAO PAULO

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SAO PAULO. maio 1891- . São Paulo, Im-
prensa Oficial do Estado, 1891- . Diário (não circula aos domingos e se-
gundas-feiras). Endereço: Rua da Mooca, 1889. São Paulo — SP. **Indexado:** "Lex".
Conteúdo: Dividido em 3 cadernos: 1) **Diário do Executivo (Diário Oficial, Parte 1):** Noticiário, Atos Legislativos (Leis complementares) Atos do Governador (decretos) Secretarias do Estado, Casa Civil, Universidade Estadual de Campinas, Tribunal e Contas, Editais, **Diário da Assembléia** (Sessões) Expedientes (Indicações, Requerimentos, Noções, Pareceres, Projetos de leis complementares, Autógrafos, Pauta, Ordem do dia, Comissões, Atos da Mesa) Diário dos Municípios (Câmara Municipal de São Paulo, Sessões, Atos da Mesa e Diretoria Geral) Tribunal de Contas do Município, Editais das Prefeituras, Boletim Federal (Tribunal Regional Eleitoral, Editais dos Ministérios e Serviço Público Federal) 2) **Diário Oficial da Justiça** (Diário Oficial, Anexo 2): Tribunal de Justiça, Tribunais de Alçada Civil, Tribunal de Alçada Criminal, Juízo de Menores, Justiça do Trabalho, Cível e Comercial, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, Justiça Federal, Acidentes de Trabalho, Registros Públicos, Família e Sucessões, Tribunal de Justiça Militar, Ministério Público, Editais, Foro da Capital (Cível e Comercial, Criminal, Justiça do Trabalho, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, Registros Públicos, Família e Sucessões, Proclamas de casamento) Foro do Interior. 3) Diário Oficial, Anexo 3 (Ineditoriais): Balanços, Atas, Convocações de Assembléias, Extrato de Contratos, Extrato de Registros, Documentos Perdidos. **Tiragem:** 49.154. **Formato:** 29 x 43 cm. **Nº médio de páginas:** 240. **Distribuição:** é encontrado nas bancas de jornais de São Paulo e através de assinatura (Cr\$ 150,00, anual). **Legislação:** Lei Nº 9.559, de 16-12-66 (transforma a Imprensa Oficial do Estado em autarquia) Lei Nº 228, de 30-5-1974 (autoriza a transformação da Imprensa Oficial do Estado em sociedade por ações denominada Imprensa Oficial do Estado S.A. — IMESP). **Situação da coleção:** a) Biblioteca da Câmara dos Deputados: desde 1966.

SERGIPE

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE. 1895- . Aracaju, Serviços Gráficos de Sergipe (SEGRASE), 1895 — Diário (não circula aos sábados e domingos). **Endereço:** Rua Propriá, 227. Aracaju — SE. **Indexado:** "Legislação nordestina". **Conteúdo:** Noticiário, **Atos do Governo, Diário da Justiça** (numeração e paginação independentes) Diário da Justiça Eleitoral (com numeração e paginação independentes) Boletim da Justiça Federal (numeração e paginação independentes). **Tiragem:** 500 exemplares. **Formato:** 22,5 x 32 cm. **Nº médio de páginas:** 16. **Distribuição:** através de assinatura (Cr\$ 120,00 para a Capital e Cr\$ 180,00 para o Interior e outros Estados). **Legislação:** Decreto-lei nº 168, de 21-10-69, (transforma a Imprensa Oficial em empresa pública) Decreto nº 2.757-A, de 31-12-73 (aprova o estatuto da empresa pública Serviços Gráficos de Sergipe — SEGRASE) Lei Delegada nº 04, de 25-2-71 (vincula a SEGRASE à Secretaria de Administração). **Situação da coleção:** a) na Biblioteca da Câmara dos Deputados: desde 1966/1973 (com algumas falhas), 1974 (jan./mar.).

Estudo comparativo

A análise dos diários oficiais que aqui fizemos parece ser pioneira, mas não sabemos até que ponto é um estudo de imprensa oficial comparada. As medidas usadas não foram “cm/col.” (centímetro- coluna); usamos observação e questionários. A comparação foi feita do ponto de vista de usuário e bibliotecário.

Abordamos: apresentação gráfica, sumários e índices, tiragem, distribuição, formatos, conteúdo (inclusão de notícias e outras informações), qualidade do papel e impressão e leis e decretos que criaram ou regulamentam os diários oficiais. Nos próximos parágrafos analisamos cada um desses itens.

Apresentação gráfica

Conforme o Professor Marques de Melo, “no jornalismo moderno a apresentação gráfica dispõe de importância fundamental. Como o jornal se insere numa problemática industrial, figurando como produto de consumo popular (ainda não é o caso dos diários oficiais — observação nossa) e, portanto, sujeitando-se às leis do mercado, enfrenta concorrência e precisa utilizar recursos próprios para atrair consumidores. Ou seja, o jornal precisa motivar psicologicamente os leitores em potencial para levá-los à compra; e o faz, geralmente, através da apresentação gráfica.

Combinando o **texto** (núcleo de interesse do leitor) com os **títulos**, o jornal contemporâneo adquire uma forma dotada de atrativos visuais que chamam e/ou prendem a atenção do leitor, conduzindo-o à sua escolha entre as demais publicações disponíveis nas bancas. Por outro lado, verifica-se uma complementação dessa estrutura motivacional com a inserção de **ilustrações** (fotografias, desenhos, gráficos), no sentido de transmitir ao consumidor das informações uma sensação de realidade, fornecendo-lhe **imagens** vivas dos fatos, aproximando-o, portanto, dos acontecimentos. Esse, aliás, é um recurso defensivo que o jornalismo gráfico utiliza para competir com a televisão e o cinema, veículos audiovisuais, que noticiam os fatos com riqueza de imagens, dando a impressão ao espectador de que ele é participante dos acontecimentos”.

Ora, são poucos os Diários Oficiais de nossos Estados que apresentam ilustrações, mesmo assim nada atraentes. Limitam-se a repetir: fotografias do governador em solenidades, algumas poucas fotos de obras. Raramente fogem a esse tema.

Tomamos exemplares dos diários que têm ilustração, no período escolhido ao acaso: última semana de dezembro de 1974. Os resultados foram:

- ALAGOAS: dos 4 números examinados, os 2 ilustrados traziam fotos do governador em solenidades;
- DISTRITO FEDERAL: dos 3 números examinados, só 1 estava ilustrado, mas com fotos variadas: o governador visitando uma obra, uma coleção de moedas e uma moça recebendo um “prêmio à beleza”;
- MINAS GERAIS: as ilustrações são usadas em suas páginas noticiosas, com fotos do governador e autoridades em flagrantes de solenidades; e em seus suplementos, onde são feitas por artistas mineiros ou radicados no Estado.
- PERNAMBUCO: dos 5 números examinados, os 3 ilustrados traziam fotos do governador assinando convênios, em inaugurações, e fotos de obras em execução.
- SANTA CATARINA: dos 4 números examinados, 3 eram ilustrados. O tema, o mesmo: autoridades em solenidades, com visitas, etc. Mas quando o texto exige, todos os diários forçosamente apresentam gráficos, tabelas e quadros, como parte integrante da lei. De modo geral, os títulos não apresentam destaque. A divisão das matérias e sua distribuição no jornal não são bastante claras, definidas. A leitura é difícil por causa da precariedade da diagramação e da pobreza de técnicas e recursos jornalísticos.

Sumários e índices:

“Um Índice é a enumeração, em ordem alfabética ou sistemática de elementos contidos num ou mais volumes de um periódico (autores, assuntos, títulos, etc)”, conforme definição da ABNT. Sumário é quase um índice: é a relação das partes de uma obra na mesma ordem em que elas se apresentam.

Pela descrição de um e outro, pode-se avaliar o quanto suas presenças nos diários oficiais auxiliariam aos leitores. A consulta seria mais rápida e mais bem orientada. Para nós, bibliotecários, que estamos a lidar tecnicamente com vários tipos de publicação, existe dificuldade na recuperação da informação contida nesses jornais. Imaginamos quantos obstáculos encontram os outros usuários menos **preparados**.

Para se ter uma idéia da valiosa contribuição do sumário numa publicação, citamos o exemplo do **Journal officiel de la Republique**

Française que, nas suas primeiras páginas, traz o “Sommaire”, remetendo os leitores às páginas correspondentes às matérias. Os decretos, atos, leis, etc. são relacionados aí na ordem em que aparecem e seguidos da respectiva ementa. Outro exemplo é o diário oficial dos Estados Unidos, o **Federal Register** que, na sua primeira página, relaciona os destaques da edição e nas páginas seguintes indica o “Contents”, detalhando as informações. Para apresentar um exemplo entre nós: o **Diário do Congresso Nacional**, na sua nova forma, traz, em qualquer de seus cadernos, um sumário ligeiro (não remetendo o leitor às páginas). Também, nesse estilo, os Estados do Pará e de São Paulo, através do seu **Diário da Justiça**, apresentam sumário. Os interessados poderão buscar nesses exemplos modelos para estudar possibilidades de incluir sumário em suas publicações.

Com relação aos índices, a exemplo de editores particulares que publicam obras de indexação da legislação estadual, deveria o governo reconhecer sua importância e necessidade. Afinal, é através dos índices que podemos fazer levantamentos retrospectivos do assunto desejado, com mais eficiência e rapidez, pois estarão reunidos sob um mesmo cabeçalho toda a legislação referente ao tema pesquisado. Ora, para um profissional a segurança de estar esgotando o campo da pesquisa, de estar de posse do máximo de informações possíveis, é fundamental.

A ausência, seja por razões econômicas e/ou técnicas, de sumários e de índices nos diários oficiais, força a existência de serviços de referência legislativa em quase todas as bibliotecas públicas; a Seção de Legislação Brasileira da Câmara dos Deputados é um exemplo típico — inclui entre suas atribuições a indexação dos diários oficiais brasileiros f) e, se não executa seu programa deve ao fato de não receber com a devida regularidade todos os números dos vários diários (ver item sobre a tiragem e distribuição).

As publicações indexadoras, quase todas feitas por particulares, não cobrem todos os estados. O **Distrito Federal**, por exemplo, tem procurado fazer alguma coisa através da Procuradoria Geral. Relacionamos a seguir as publicações, e somente as que conhecemos, que indexam legislação estadual brasileira, com os dados que lhes facilitem a identificação:

- **Boletim Informativo do Departamento de Administração Gera.**, Salvador, Jan./jun. 1971.
- **CODEAMA. Ementário da legislação estadual; leis e decretos de janeiro a dezembro de 1973.**

(1) Nota do editor: A partir da 8ª; Legislatura, que se instalou a 1.º 1ev. 1975, os Anais da Câmara dos Deputados, em sua nova forma, apresentam sumário o índice.

- **Legislação do Distrito Federal.** Brasília, Procuradoria Geral do Distrito Federal, 1960-1962 — (Irregular). Endereço: Procuradoria-Geral do DF, 4ª. Subprocuradoria Geral. Seção de Publicações Jurídicas. Ed. Brasília, 8º and SBS. Brasília—DF. Relaciona nas primeiras páginas, por ordem numérica, os decretos com o texto na Integra quando a matéria é de maior importância. Não tem índice por assunto.
- **Legislação de Santa Catarina.** Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 19? Nas primeiras páginas, traz índice numérico das leis. Em seguida, a legislação na íntegra para as matérias importantes. Sem índice de assunto.
- **Legislação Nordestina.** Recife, Editora Legislação Nordestina Ltda., 19- (Mensal). Endereço: Av. Conde da Boa Vista, 250 — conj. 411, Cx. Postal 2534, 50.000
 - Recife — PE. Dividida em 3 seções: Seção I: Legislação Federal (atos institucionais, atos complementares, resoluções do Senado, leis, decretos, portarias, etc.), Seção II: Legislação estadual (leis, decretos-leis, decretos, etc. dos estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), Seção III: Legislação Municipal (leis, decretos-leis, decretos, etc. das capitais dos estados acima). Possui 3 índices: 1) pelos ramos de direito (administrativo, agrário, civil, trabalho e da previdência social, tributário, diversos) 2) alfabético por assuntos 3) numérico.
- **Lex;** coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, Lex Editora S.A., 1937
 - (Decendial). Endereço: Rua Machado de Assis, 47 — Cx. Postal 12.888, 04106
 - São Paulo — SP — Publicada em 6 edições: 1) Edição federal e marginalia 2) Edição São Paulo (legislação do Estado de São Paulo e da municipalidade de São Paulo) 3) Edição Distrito Federal (legislação do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro) 4) Edição Minas Gerais (legislação do Estado de Minas Gerais e municipalidade e Belo Horizonte) 5) Edição Rio Grande do Sul (legislação do Estado do Rio Grande do Sul e da municipalidade de Porto Alegre) 6) Edição de Santa Catarina (legislação do Estado de Santa Catarina e da municipalidade de Florianópolis). Cada fascículo tem seu índice alfabético remissivo e índice numérico cronológico. Há também um índice de consolidação anual para cada edição.
- OLIVEIRA, José Cidade de. Leis, **decretos e regulamentos do Amazonas.**
- **Revista Jurídica Lemi;** edição mensal. Belo Horizonte, Editora LEMI S.A., 1963 - (Mensal). Endereço: Rua Pegaonha, 402, Cx. Postal 2620, 30.000 — Belo Horizonte — MG. O título varia: "Legislação mineira; revista mensal especializada" (1968, até o número 57, 1972). É acompanhada de um boletim semanal. Dividida em 4 seções: I — Parte especial: índice alfanalítico, índice numérico, doutrina (monografias, pareceres, comentários), legislação anterior, II — Legislação Federal: atos institucionais, atos complementares, leis, decretos-leis, decretos, atos normativos (resoluções, portarias, consultas e respostas, diversos), III — Legislação estadual: leis complementares, leis, decretos, atos normativos (resoluções, portarias, consultas e respostas, diversos), legislação municipal de Belo Horizonte, IV — Jurisprudência: União (Supremo Tribunal Federal, Tribunal Federal de Recursos, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho, outros tribunais); Estado (Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Tribunal de Alçada de Minas Gerais); outros Estados (diversos tribunais).

Tiragem

Sendo o veículo de divulgação da administração pública, conforme reconhece o governo de Alagoas no Decreto nº 537, de 15-1-1912; “considerando que os atos não podem deixar de ter a publicidade

indispensável ao conhecimento de todos os habitantes do Estado”, o diário oficial deveria ser publicado em número suficiente para que cada cidadão adulto operante do estado tivesse seu exemplar, embora saibamos que razões culturais e econômicas impeçam, de um lado, que o leitor tenha interesse em ler, do outro lado que as tipografias e gráficas aumentem a tiragem.

Ora, na estatística de 1970, fornecida pelo IBGE em seu **Anuário estatístico do Brasil** de 1973, o Estado de Sergipe contava com os seguintes números:

Total da população	900.744 habitantes
População economicamente ativa	288.277 habitantes
População economicamente ativa, ligada à administração pública	7.340 habitantes

Sem analisar muito, sabemos que os 500 exemplares, que são a tiragem aproximada do **Diário Oficial** de Sergipe, não são suficientes para atender ao próprio Estado. E os outros estados pouca chance teriam de conhecer o que se passa por lá, se dependessem da fonte oficial.

Conforme se pode verificar no quadro que resultou do estudo comparativo, a maior tiragem é a do **Diário Oficial** do Estado de São Paulo, com quase 50 mil exemplares; e a menor é a do **Diário Oficial** de Rondônia, com 120 exemplares. De qualquer forma o número de exemplares deveria ser sempre em quantidade suficiente para atender a demanda interna e interestadual. Embora se saiba que, nas condições atuais, o público não está preparado sociologicamente para essa leitura.

Esse número reduzido tem impedido que se formem, pelo menos nas entidades preservadoras da cultura e costumes (bibliotecas, arquivos, etc.), coleções completas dessas publicações. Um estudo retrospectivo completo nos diários oficiais torna-se trabalhoso, quase impossível, diante dessas falhas e condições.

Uma boa alternativa, prática, para sanar essas dificuldades seria a microfilmagem. Mais acervos poderiam dispor de coleções completas e o espaço que as abrigaria seria mínimo. E os sérios problemas de direitos autorais não seriam empecilho, pois a matéria é pública.

Do nosso conhecimento, apenas o **Diário Oficial** de São Paulo tem parte de sua coleção microfilmada, conforme informação prestada pela Federação das Indústrias de São Paulo. Iniciativas assim deveriam ser incentivadas, uma vez que não partem dos órgãos publicadores.

Distribuição

Diretamente ligada à tiragem está a circulação: o jornal é colocado nas mãos do leitor através de assinatura ou venda avulsa, ou, em casos especiais, por doação, digamos, a entidades. A distribuição dos diários oficiais estaduais deixa muito a desejar. A aquisição por assinatura não funciona a contento (por culpa da expedição? do controle interno?) e a venda avulsa é feita normalmente nas próprias Imprensas, o que dificulta o acesso ao jornal.

Talvez fosse interessante experimentar dinamizar essa distribuição, colocando os diários à venda nas bancas, junto aos outros jornais, como faz o **Diário Oficial** de São Paulo.

Embora se saiba que o hábito de leitura entre os brasileiros não seja muito cultivado, falta também o interesse dos publicadores em motivar psicologicamente os leitores em potencial. Pouca publicidade é feita. Se a atenção dispensada ao problema fosse maior, a “audiência” cresceria. Afinal a certeza de tantos exemplares vendidos traz à imprensa uma relativa tranquilidade, representando uma renda certa e valiosa.

Cabe ao Departamento de Vendas ou Departamento de Assinaturas, ou equivalente, a assistência aos assinantes, atendendo às reclamações sobre a entrega dos exemplares. Muitas vezes somos assinantes, temos direito e continuamos com falhas na nossa coleção por desorganização do controle de circulação dos diários oficiais. **Formatos**

Os diários oficiais apresentam tamanhos variáveis, mas são tablóides ou meio tablóides. O tablóide é o periódico igual à metade da folha de jornal, em definição dada por Juarez Bahia. A inconstância nos tamanhos dos diários oficiais dificulta trabalhos de armazenamento e encadernação.

Entre os diários oficiais de maior porte estão: os de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, etc. Um bom formato foi o escolhido para o **Diário do Congresso Nacional**: 24 x 32 cm; confortável, jeitoso. Aliás, a reforma sofrida pelo **DCN** está merecendo imitações. Das dimensões do jornal depende muitas vezes a comodidade da leitura.

Noticiários e outras informações

Uma reclamação freqüente relativa aos diários oficiais é a ausência de interpretações, exposições de motivos e outros comentários além

da transcrição seca da lei. Ainda o jornalista Soares Ferreira apresenta “como sugestão da maior importância e utilidade, a divulgação, na íntegra ou em bom resumo, das exposições de motivos que sugerem os decretos-leis e decretos comuns, os projetos de lei quando transformados em leis sancionadas, ou que resultam em portarias e resoluções do segundo escalão”. Acrescentar esse tipo de informação nos diários oficiais “beneficiaria a própria propaganda governamental, que encontraria nos mecanismos citados instrumentos fortes e gratuitos de comunicação”.

Do Poder Legislativo pouco se publica. Seria interessante fazer constar as atividades, os discursos parlamentares, enfim, dar condições à população de acompanhar a movimentação nas Assembléias; afinal dali surgem as leis. Ao estudarmos os diários oficiais notamos que a presença do Poder Legislativo é neles muito pequena. Alguns estados dispõem de cadernos ou mesmo de uma publicação independente para cada um dos poderes. Mesmo assim não transcrevem, por exemplo, os discursos dos parlamentares. São publicados atos, resoluções; em alguns casos, projetos de lei, pareceres, atas.

Quando consideramos que os diários precisam evoluir em matéria de jornalismo, queremos falar também da apresentação dos noticiários, reportagens, etc. Os diários que fazem “jornalismo administrativo” limitam-se a pequenas notícias estaduais, umas poucas nacionais, nada de grande vulto, com fotografias do governador e de obras recém-inauguradas.

Num estudo que fizemos, reportando-nos à última semana de dezembro de 1974, colhemos os seguintes dados:

- ALAGOAS: a parte noticiosa ocupa a 1ª. página, e às vezes, também a última. Notícias dadas: acontecimentos administrativos relacionados com o governador, notícias sociais (jantares de confraternização, homenagens, aniversários), notícias de interesse estadual, pequenas reportagens.
- DISTRITO FEDERAL: o noticiário ocupa as duas primeiras páginas. Tipo de notícias: pequenas reportagens (inaugurações de pistas, instalação de semáforos) notícias de âmbito nacional (“Brasil hoje”), internacional e umas poucas notas em “Destaque”.
- ESPIRITO SANTO: a “Seção noticiosa”, instituída por Mesquita Neto, tem como redator José Duarte Siqueira. Ocupa as duas primeiras páginas. As notícias são informativas no âmbito estadual: inaugurações de obras, restauração de estradas, atividades

de Secretarias do Estado, algumas notícias sociais (homenagem à Primeira Dama, cumprimentos ao Diretor...), notícias nacionais que refletem sobre o Estado, alguns avisos (Tomada de Preços).

- MINAS GERAIS: o mais extenso espaço dedicado a noticiário: quatro primeiras páginas. Tem Seções permanentes: “Governo dia a dia”, “Notícias Nacionais” e “Notícias Internacionais”, todas as três com notas rápidas. As reportagens são variadas (“Parque Industrial Mineiro recebe 823 novos técnicos da ETFMG”, “Cr\$ 1,5 milhão foram investidos em Minas pelo BDMG de janeiro a novembro de 1974”, “PADAP seleciona mais 25 colonos”).
- PERNAMBUCO: as notícias ocupam as primeiras páginas, às vezes também as últimas, dando notas oficiais, pequenas notícias sobre a administração, inaugurações, solenidades, pequenas reportagens (“Muito alto o índice de reprovação de motoristas”, “Sistema Financeiro atesta o crescimento de Pernambuco”).
- SANTA CATARINA: a parte noticiosa, ocupando a primeira página, relata notícias estaduais e nacionais que refletem sobre o Estado, notas sobre convênios assinados, solenidades, etc.
- SÃO PAULO: ocupando as primeiras e segundas páginas, noticia atividades do governador, com reportagens sobre inaugurações, visitas a obras em andamento, informações de interesse geral (“Matrícula escolar: prazo termina hoje”), notas oriundas de Secretarias, etc.
- SERGIPE: o noticiário ocupa as primeiras páginas, abordando assuntos administrativos: planos do governador, rodovias concluídas, pontes em construção, meramente informativas (exemplar analisado: 19-12-74).

Todos os diários oficiais, quando dispõem de muita matéria precisam editar suplementos, anexos. São poucos os que irregularmente publicam suplementos especiais, dedicados a um mesmo tema, mas o único que dispõe de suplemento como uma edição regular é o **Minas Gerais**: que tem o “Suplemento Literário” (bastante variado e ilustrado com artigos, contos e poesias assinados) e o “Suplemento Pedagógico”.

Se todos pudessem repetir o **Minas Gerais**, que através dos seus suplementos procura, além de sua condição de órgão oficial, tornar-se um “Canal de informação cultural, artístico, literário, pedagógico”, seria bastante elogiável.

Qualidade do papel e impressão

Todos os diários oficiais usam “papel-jornal” e, de acordo com a procedência do mesmo, têm melhor ou pior aspecto. A qualidade do papel interessa sobremaneira quanto a sua resistência ao manuseio e à ação do tempo. Numa biblioteca principalmente, esse fator é importantíssimo.

A impressão é também responsável pela pouca atração que exercem os diários oficiais. Por razões econômicas, quase todos utilizam a impressão tipográfica; alguns, como o de Santa Catarina (que recentemente adquiriu uma rotativa Goss-Community) já estão usando **offset**. Muitos utilizam vários tipos gráficos num mesmo exemplar. Outros se limitam a reproduzir a matéria recebida tal qual a receberam, tornando dificultosa a leitura.

Aliadas à qualidade do papel e à impressão, vêm a paginação, e, num estágio mais elevado, a diagramação. Nas palavras de Juarez Bahia, a paginação é a “distribuição da matéria nas páginas... É a montagem de títulos, notícias e clichês... é o ato de colocar no espaço certo a matéria composta, observando: claros, ilustrações, fios de separação de colunas, etc”. E a diagramação é “a concordância dos elementos gráficos com a estética — o liame entre a técnica do jornal e a arte de apresentação. Em outras palavras, a diagramação busca dar o padrão de representação gráfica, ligando harmonia e técnica”.

Ora, a paginação, assim compreendida, tem merecido pouca atenção da maioria dos editores dos órgãos públicos de divulgação, daí não acreditarmos que disponham de técnicos capacitados para fazer uma diagramação ao nível das matérias oficiais.

Da impressão gráfica dependerá a “impressão psicológica”, predispondo o leitor a momentos agradáveis ou irritantes.

Legislação

Para essa pesquisa não foi possível reunir cópias de toda a legislação que criou e/ou regulamentou a publicação de cada diário oficial estadual. Os textos que conseguimos limitam-se a determinar:

- que ficam criados os órgãos de divulgação das matérias oficiais;
- quem são os responsáveis pela publicação;
- as estruturas dessas entidades, etc.

As leis, de modo geral, são muito vagas, não detalhando sobre como deve ser o diário oficial. Entre as exceções temos o curioso texto

da Lei nº 8, de 6 de novembro de 1891, que criou o **Minas Gerais**, do qual transcrevemos trechos que descrevem com minúcias como deve ser o diário oficial:

“Art. 2º O órgão oficial será publicado, com a possível nitidez e toda a regularidade, quotidianamente, só podendo falhar a sua publicação e haver dispensa do trabalho nos escritórios e oficinas até dez dias, durante o ano: 1º — por motivo de festa nacional ou do Estado; 2º — em respeito à crença religiosa dos empregados; 3º — por outra causa extraordinária eventual, a juízo do Presidente do Estado, o qual, no regulamento da presente lei, proverá a respeito, bem como o regime interno do estabelecimento, horas do trabalho ordinário e extraordinário, durante o dia ou à noite, e o mais que for conveniente.

“Art. 3º O órgão oficial terá o título “**Minas Gerais**” e subtítulo “**Órgão Oficial dos Poderes do Estado**”.

“Seu formato não será inferior ao da **Gazeta de Notícias** do Rio de Janeiro, e durante os trabalhos do Congresso Mineiro e ainda em qualquer ocasião de afluência excepcional de matéria, o jornal sairá com tantas folhas quantas sejam necessárias para publicação imediata dos trabalhos de ambas as câmaras legislativas, sem prejuízo da regularidade e presteza, também indispensáveis nas outras publicações oficiais”.

Acreditamos então que diante de um esforço comum entre técnicos e autoridades se possa padronizar a publicação dos órgãos oficiais de todos os Estados da Federação. Aproveitar-se-ia a oportunidade para modernizar os diários e popularizá-los. A legislação não seria obstáculo.

QUADRO COMPARATIVO GERAL

Estado	Início Public.	Interrupção	Ilustr.	N.º de pág.	Formato (CM)	Suplemento (Exempl.)	Tiragem (Exempl.)	Noticiário	Sumário	Poderes	Indexação
AC*	1963	?	Não	13	22 x 32	Não	?	?	Não	Legislativo	?
AL	1912	Não	Sim	12	27 x 38	Não	1.500	Sim	Não	Executivo Legislativo Judiciário	Sim
AP*	1964	Não	Não	04	24 x 32,5	Não	?	Não	Não	Executivo Judiciário	?
AM	1893	Não	Não	16	24 x 34	Não	1.000	Não	Não	Executivo Legislativo Judiciário	Sim
BA	1915	Não	Não	50	25 x 35	Não	5.000	Sim	Não	Executivo Legislativo Judiciário	Sim
CE*	?	?	Não	25	23 x 33	Não	?	Não	Não	Executivo Legislativo Judiciário	Sim

QUADRO COMPARATIVO GERAL (Continuação)

Estado	Início Public.	Inter- rupção	Ilustr.	N.º de pág.	Formato (ICM)	Suple- mento	Tiragem (exempl.)	Noticiá- rio	Sumá- rio	Poderes	Indexa- ção
DF	1967	Sim	Sim	20	29,5 x 39,5	Não	5.000	Sim	Não	Executivo	Sim
ES*	?	?	Não	43	21 x 28	Não	?	Sim	Não	Executivo Legislativo Judiciário	?
GO*	?	?	Não	08	23 x 32	Não	?	Não	Não	Executivo	?
MA*	?	?	Não	20	24,5 x 33	Não	?	Não	Não	Executivo Judiciário	Sim
MT*	1870	?	Não	20	22 x 31	Não	?	Não	Não	Executivo Judiciário	?
MG	1892	Sim	Sim	68	29 x 44	Sim	20.000	Sim	Não	Executivo Legislativo Judiciário	Sim
PA*	?	?	Não	30	28,5 x 32,5	Não	?	Não	Sim	Executivo Judiciário	?
PB*	?	?	Não	08	24 x 32,5	Não	?	Não	Não	Executivo	Sim
PR	1912	Não	Não	48	29 x 38	Não	5.000	Não	Não	Executivo	Não
	1935	Sim	Não	04	28 x 37	Não	250	Não	Não	Legislativo	Não
	1951	Não	Não	24	29 x 38	Não	1.500	Não	Não	Judiciário	Não
PE	1916	Sim	Sim	34	29 x 38	Não	4.000	Sim	Não	Executivo Legislativo Judiciário	Sim
PI	1930	Sim	Não	08	29 x 38	Não	1.000	Não	Não	Executivo	Sim
RN	1889	Sim	Não	08	34 x 55	Não	3.000	Não	Não	Executivo Legislativo Judiciário	Sim
RS	1884	Sim	Não	40	28 x 40	Não	5.000	Não	Não	Executivo Legislativo Judiciário	Sim
RJ	1975	Não	Não	200	24,5 x 34,5	Não	?	Não	Não	Executivo Legislativo Judiciário	Sim
RO	1962	Não	Não	08	25 x 37	Não	120	Não	Não	Executivo	Não
RR	1944	Não	Não	08	32 x 46	Não	300	Não	Não	Executivo Judiciário	Não
SC	1934	Não	Sim	24	23 x 38	Não	5.000	Sim	Não	Executivo Legislativo Judiciário	Sim
SP	1891	Não	Não	240	29 x 43	Não	49.154	Sim	Não Sim	Executivo Legislativo Judiciário	Sim
SE	1895	Não	Não	16	21 x 30	Não	500	Sim	Não	Executivo Judiciário	Sim

* Informações colhidas através de consulta em exemplares esparsos, números antigos.

Conclusões

Diante do presente estudo, das respostas aos nossos questionários, das reclamações de nossos leitores, a conclusão primeira é a de que se impõe uma urgente reforma na estrutura dos diários oficiais estaduais do Brasil. Aachamos que os técnicos e as autoridades competentes devem, conjuntamente, dar nova apresentação, maior

dinamismo, mais penetração aos jornais oficiais de modo a torná-los realmente órgãos de divulgação dos governos.

Podemos fazer algumas sugestões, do ponto de vista de usuários e bibliotecários, sugestões essas que gostaríamos viessem a merecer a atenção dos administradores responsáveis.

São elas:

- 1) que os diários oficiais dos estados brasileiros recebessem uma diagramação mais cuidadosa. Consequentemente, teriam uma apresentação gráfica mais atraente;
- 2) que a qualidade do papel fosse melhorada, para que esses periódicos resistam mais tempo ao manuseio;
- 3) que a tiragem fosse proporcional ao número de eleitores do estado pelo menos, a fim de que cada cidadão alfabetizado tivesse direito ao seu exemplar;
- 4) que cada um dos Poderes do Governo (Executivo, Legislativo e Judiciário) tivesse seu próprio órgão de divulgação, pelo menos em cadernos separados com numeração própria, facilitando a distribuição das matérias e a consulta;
- 5) que os diários oficiais não se limitassem a transcrever secamente os atos do Governo e matérias decorrentes da legislação (editais, por exemplo), de modo que o público recebesse também informações gerais, notícias estaduais, nacionais, internacionais, atividades de parlamentares e ministérios, etc.;
- 6) que em cada número constasse um sumário das partes apresentadas na edição, de preferência nas primeiras páginas, tornando a consulta mais rápida;
- 7) que o trabalho de indexação (não simplesmente índices numéricos cronológicos, mas de assunto) se não pudesse ser feito na fonte, isto é, nos locais de publicação, fosse incentivado junto aos particulares;
- 8) que as notas de expediente constassem de cada exemplar, com todas as informações necessárias (editor, endereço, dados sobre assinatura, entrega de matéria para publicação, etc.).

Abstract

Base on the return of questionnaires, lists, analyses and compares State Government Gazettes. Suggestes ways to improve format and dissemination.

REFERÊNCIAS

1. AMORIM, José S. D. & CASTRO, José de. Análise de forma e de legibilidade do Jornal do Brasil. **Revista brasileira de Comunicação**. 1 (2):32-43, jun. 1968.
2. ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. **A imprensa oficial em Alagoas**. Maceió, Imprensa Oficial, 1962. (Pesquisa feita pelo escritor Moacir Sant'Ana).
3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. **Normalização da documentação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1964.
4. BAHIA, **Juarez**. **Jornal, história e técnica**. São Paulo, Martins, 1967.
5. BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, 17(2):325, 2. sem. 1967.
6. BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro, Agir, 1962.
7. FERREIRA, Ronan Soares. Diário Oficial da União, uma hipótese maior. **Revista do Serviço Público**, 108(2) :163-9, maio/ago. 1973.
8. GUERRA, José Augusto. A técnica de comunicação na redação oficial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, 108(3):198-244, set./dez. 1973.
9. MAGALHÃES, Manoel Vilela de. Otimismo na comunicação gráfica. **Revista Brasileira de Comunicação**, Brasília, 1(2):27-31, jun. 1968.
10. * MARINHO JUNIOR, ILMAR PENNA. O diário oficial, este continente desconhecido. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1976, 1º cad. p. 9.
11. MARQUES DE MELO, José de. **Comunicação social; teoria e pesquisa**. Petrópolis, Vozes, 1970.
12. _____. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo, Pioneira, 1972.
13. MONTE-MOR, Jannice. Microfilmagem de jornais da Biblioteca Nacional. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, 2(2):143-53, jul./dez. 1974.

* Informação do Editor.

